



FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR (Mantenedora)
ESCOLA TÉCNICA DE ESTUDOS DO MAR
SINOPSE DO CURSO



CURSO: DIREITO MARÍTIMO II

SIGLA: DIRMAR II

CARGA HORÁRIA: 16 horas

1) PROPÓSITO GERAL DO CURSO

Proporcionar aos alunos conhecimentos do Direito Marítimo no mundo e no Brasil e o entendimento das responsabilidades e envolvimento das figuras envolvidas.

2) DIRETRIZES GERAIS DO CURSO

a) Esta Sinopse contém conhecimentos mínimos necessários à certificação do aluno em conformidade com as exigências especificadas no "Propósito Geral" deste curso.

b) O curso será ministrado de acordo com o especificado pela FEMAR/ETEMAR, perfazendo uma carga horária de 16 horas.

c) O curso poderá ser aplicado para turma de até 30 (trinta) alunos, condicionado à disponibilidade de infraestrutura de sala de aula.

d) O candidato, no primeiro dia de aula, deverá preencher o kit matrícula e entregá-la ao Professor / Instrutor ou outro responsável designado pela FEMAR/ETEMAR.

e) O professor efetuará diariamente até 15 minutos a partir do horário de início da primeira aula a verificação de presença em sala de aula e **em nenhuma hipótese abonará as faltas.**

f) Um certificado de conclusão do curso será concedido ao aluno que freqüentar 75% da carga horária total do curso.

3) TÉCNICAS DE ENSINO

Nas aulas serão utilizados estudos de caso, vivências, exercícios teóricos e adequados visando aproximar o aluno do ambiente marítimo.

4) LISTA DAS UNIDADES DE ENSINO

1. MENTALIDADE MARÍTIMA

- 1.1. Entendimento
- 1.2. Definição de mentalidade marítima
- 1.3. Maritimidade e continentalidade
- 1.4. A mentalidade marítima brasileira
- 1.5. Perspectivas

2. TRATADOS INTERNACIONAIS

- 2.1. Entendimento
- 2.2. Convenções Internacionais no Brasil
- 2.3. Lei do Mar
 - 2.3.1. Espaços marítimos brasileiros
 - 2.3.2. Países sem acesso ao mar

3. CONTRATOS DE COMPRA E VENDA

- 3.1. Contrato de compra e venda internacional
- 3.2. Incoterms – International Commerce Terms
 - 3.2.1. Origens
 - 3.2.2. Incoterms em espécie
- 3.3. Responsabilidade pela contratação do transporte marítimo
- 3.4. Responsabilidade pelo embarque das mercadorias



**FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR (Mantenedora)
ESCOLA TÉCNICA DE ESTUDOS DO MAR**



3.5. Responsabilidade pela descarga das mercadorias

4. CONTRATOS DE UTILIZAÇÃO DO NAVIO

4.1. Entendimento – conceitos gerais

4.1.1. Contratos de (a) fretamento

4.1.2. Subfretamento (Subletting)

4.1. “Bareboat ou By Demise Charter Party” (Casco Nu)

4.1.1. Conceito

4.1.2. Natureza jurídica

4.1.3. As partes e suas obrigações na relação contratual

4.1.4. Objeto

4.1.5. Forma

4.2. “Time Charter Party” (TCP)

4.2.1. Conceito

4.2.2. Natureza

4.2.3. Objeto

4.2.4. Partes

4.2.5. Remuneração

4.2.6. Responsabilidades das partes

4.2.7. Formulários

4.2.8. Diferenças entre os contratos de fretamento “a casco nu” e “por tempo”

5. CONTRATO DE TRANSPORTE (VOYAGE CHARTER PARTY-VCP)

5.1. Conceito

5.1.1. Natureza jurídica

5.2. Partes e tipos de contratos

5.2.1. Contratos-tipo (padrão)

5.2.2. Principais cláusulas

5.2.2.1. As CP de VCP, dentre várias, incluem as seguintes cláusulas essenciais

5.2.2.2. Cláusulas mais relevantes

5.2.3. As derivações do VCP - COA, TRIP CHARTER, TVCP e SLOT CHARTER

5.3. O objeto

5.4. Remuneração

5.5. Documentos

5.5.1. Mate’s Receipt

5.5.2. Manifesto

5.5.3. Conhecimento de Transporte Marítimo (Bill of Lading/BL)

5.5.4. “Statement of Facts”

5.5.5. Notice of Readiness – NOR

5.5.6. Time Sheet

5.6. Demurrage

5.7. Dispatch

5.8. Responsabilidade das partes pelas informações

5.8.1. Do porto

5.8.2. Do berço

5.9. Chegada do navio e prontidão

5.10. Início de contagem do tempo (Laytime)

5.11. Exceções da contagem do tempo



**FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR (Mantenedora)
ESCOLA TÉCNICA DE ESTUDOS DO MAR**



5.12. Término de contagem do tempo

6. AVARIAS PARTICULARES

6.1. Avaria ao navio

6.1.1. P&I Clubs (Clube de Proteção e Indenização)

7. AVARIA GROSSA

7.1. Definição do ato de avaria grossa

7.2. Da obrigação da contribuição para a avaria grossa

7.3. Avaria grossa no Código de Processo Civil

7.4. Da responsabilidade sobre a carga

7.5. Fatores para a exigência da avaria grossa

7.6. As origens dos prejuízos

8. EMBARGO DE EMBARCAÇÃO

8.1. Princípios

8.2. Conceitos

8.3. Requisitos

9. ARBITRAGEM

9.1. Conceito

9.2. Compromisso arbitral

9.3. Cláusula compromissória

9.4. Arbitragem marítima

9.5. Arbitragem no Brasil

9.6. Fontes da arbitragem

9.7. Vantagens

9.8. Desvantagens da arbitragem

5) BIBLIOGRAFIA

- Código Civil Brasileiro – Lei Federal 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

- Código de Processo Civil – Lei Federal 13.105, de 16 de março de 2015.

- BRASIL, Código Comercial (Lei 556/1850).

- GIBERTONI, Carla Adriana Comitre. *Teoria e prática do direito marítimo*. Rio de Janeiro, Editora Renovar.

- OCTAVIANO MARTINS, Eliane Maria. Curso de direito marítimo, 01º. e 02º. Volumes. São Paulo: Manole, 3ª. ed., 2008.

- SALGUES, Oto, Conhecimento de Embarque – Teoria e Prática no Transporte Marítimo, Edição do Autor, agosto de 2000.

- CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino. "Introdução ao Direito marítimo" in CASTRO JUNIOR.

- GALANTE, Luiz Felipe: "Embargos de Embarcações no novo CPC". EMERJ, Rio de Janeiro, v.19, n.74, p.108 –



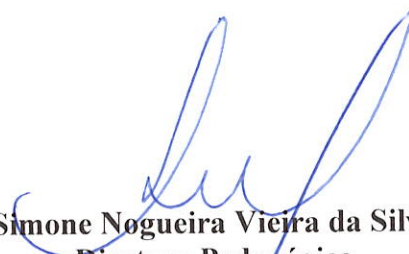
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR (Mantenedora)
ESCOLA TÉCNICA DE ESTUDOS DO MAR



http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista74/revista74_108.pdf

<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/index.php/incoterms/2-uncategorised/835-incoterms-2020-tabela-resumo>

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2020.



Simone Nogueira Vieira da Silva
Diretora Pedagógica

SIMONE NOGUEIRA VIEIRA DA SILVA
DIRETORA PEDAGÓGICA
FEMAR